



MUNICÍPIO MIRANDA DO CORVO

Aviso

Abertura de procedimento concursal para provimento de um cargo de Direção Intermédia de 2.º grau para a Divisão de Desenvolvimento Social

Nos termos e para os efeitos do disposto no nº 1 do artigo 20º e do artigo 21º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação atual, adaptada à Administração Local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na redação atual, torna-se público que por deliberação da Assembleia Municipal de 26 de abril de 2019 e despacho de 28 de maio de 2019, se encontra aberto procedimento concursal para provimento de um cargo de Direção Intermédia de 2º grau para a Divisão de Desenvolvimento Social, em regime de comissão de serviço, de acordo com o mapa de pessoal aprovado nos termos dos artigos 28.º e 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

1 - Área de atuação:

Divisão de Desenvolvimento Social, em função da Organização desta Câmara Municipal, em concordância com as competências e atribuições da Divisão constantes da estrutura orgânica dos serviços deste Município aprovada e publicada no Diário da República, 2ª Série, nº 116, de 19 de junho de 2018, conjugado com o disposto no artigo 15º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, na redação atual, sem prejuízo de outras que lhe venham a ser cometidas no âmbito de regulamentação interna dos serviços e, eventualmente, as competências que lhe forem delegadas, nos termos da lei.

2 - Requisitos legais:

Nos termos do nº 1 do artigo 12º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, na redação atual os constantes do nº 1 do artigo 20º da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, na redação atual trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo, que reúnam quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura.

3 - Perfil pretendido:

Praça José Falcão, Apartado 77 - 3220-206 Miranda do Corvo
Telefone - 239 530 320 Fax - 239 532 952
camara@cm-mirandadocorvo.pt

Posse de licenciatura em Serviço Social, Ciências da Educação, Biblioteca e Documentação, Psicologia ou outras licenciaturas que se mostrem adequadas para exercer as competências da Divisão de Desenvolvimento Social; com capacidade de liderança e gestão de pessoal, visão estratégica, capacidade de planeamento e organização, capacidade decisão, capacidade de orientação para a inovação e mudança, capacidade de análise de informação e sentido crítico, experiência profissional e formação técnica na área e atuação da divisão.

4 - Conteúdo funcional:

4.1. Chefia e coordenação da Divisão de Desenvolvimento Social, conjugado com o artigo 15º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, na redação atual, que garanta a prossecução das atribuições da Divisão e que, atuando sob critérios de qualidade, eficácia e eficiência, simplificação de procedimentos, cooperação, comunicação eficaz e aproximação ao cidadão, assegure o bom desempenho da Divisão, garantindo a otimização dos recursos humanos, financeiros e materiais e a satisfação dos destinatários da sua atividade;

4.2. Nos termos do previsto no artigo 20.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro na redação atual, só serão admitidos os candidatos que atualmente sejam trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo e que reúnam quatro anos de experiência profissional em funções, cargos carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura;

5 - Local de trabalho - Câmara Municipal de Miranda do Corvo;

6 - Métodos de seleção - Serão utilizados os seguintes métodos de seleção: Avaliação Curricular e Entrevista Pública;

7 - Constituição do Júri:

Presidente do júri: Dr. Francisco José Pereira Antunes da Paz, Diretor do Departamento de Cultura, Turismo e Desporto do Município de Coimbra;

Vogais Efetivos: Dr. Mário José Rodrigues Duarte, Chefe da Divisão de Cultura, Turismo e Desporto do Município de Penela, que substituirá o Presidente de Júri nas

suas faltas e impedimentos e Dr.^a Andreia Sofia Marques Lopes dos Santos, Chefe da Divisão de Administração Geral e Finanças do Município de Montemor-o-Velho;

Vogal Suplente: Dr.^a Marilene Regina Pereira de Carvalho Rodrigues, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira do Município de Miranda do Corvo.

8 - Formalizações de candidatura - As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, dirigido ao Presidente do Município de Miranda do Corvo, entregue pessoalmente nos Serviços de Atendimento Geral do Município, ou enviada pelo correio, com aviso de receção para Câmara Municipal de Miranda do Corvo, Praça José Falcão, Apartado 77, 3220-206 Miranda do Corvo, no prazo de 10 dias úteis, contados a partir da data da publicitação do aviso na Bolsa de Emprego Público;

8.1 - Do requerimento deverá constar: Identificação completa, habilitações literárias, identificação do procedimento concursal a que se candidata, bem como o Diário da República em que foi publicado o respetivo aviso, menção dos documentos que anexa ao requerimento de candidatura, outros elementos que o candidato considere passíveis de influírem na apreciação do seu mérito, os quais, apenas serão tidos em, compromisso de honra, da situação em que se encontra relativamente aos requisitos legais previstos no n.º1 do artigo 20.º da Lei n.º2/2004, de 15 de janeiro, na redação atual, com aplicação à Administração Local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na redação atual

8.2 - O requerimento deverá ser acompanhado, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

- a) Fotocópia do certificado de habilitações ou outro documento idóneo, legalmente reconhecido para o efeito;
- b) Currículo profissional detalhado, atualizado, datado e assinado, no qual conste identificação completa, habilitações académicas e profissionais, com indicação das funções, atividades e responsabilidades exercidas, bem como as ações de formações frequentadas com interesse para o lugar a que se candidata e respetiva duração;
- c) Documentos comprovativos da formação e da experiência profissionais (onde conste inequivocamente as funções/atividades exercidas, bem como a duração das mesmas);
- d) Declaração emitida pelo serviço onde se encontra vinculado da qual conste a



natureza do vínculo, carreira e categoria, o tempo de serviço e, se for o caso, mencionar o tempo de serviço prestado em cargos dirigentes.

e) Outros documentos que comprovem as declarações prestadas pelo candidato.

Assiste ao Júri a faculdade de exigir a qualquer dos candidatos, em caso de dúvida sobre a situação que descrevem, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

Os candidatos que exercem funções na Câmara Municipal de Miranda do Corvo estão dispensados da apresentação do documento referido na alínea d).

9 - O presente aviso será publicado em jornal de expansão nacional e na Bolsa de Emprego Público, sendo também publicitado o procedimento na II.ª Série do Diário da República, conforme refere o artigo 21º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação atual.

10 - Em cumprimento da alínea h) do art.º 9º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

Miranda do Corvo, 11 de setembro de 2019

O Presidente da Câmara Municipal

António Miguel Costa Baptista